

Clodoveu Augusto Davis Jr.

# Convênios: Vitória do Bom Senso

Antes de começar a construção de uma base de dados geográfica para o município, o administrador precisa considerar possibilidades de parceria com empresas de outras esferas de governo, como concessionárias de serviços públicos. Atualmente, diversas delas vêm se esforçando para criar e implantar Sistemas de Informação Geográfica, muitos deles com foco em aplicações municipais. Concessionárias de energia elétrica, por exemplo, estão pesquisando e implantando soluções baseadas em Geoprocessamento para administrar seus sistemas de distribuição. Empresas de saneamento buscam transferir para bases de dados geográficas seus cadastros de rede de água e esgoto.

O esforço das empresas de telecomunicações merece destaque, nesse contexto. Sob a liderança da Telebrás e do CPqD, já desenvolveram normas, padrões e aplicativos de uso compartilhado. O principal produto desse esforço é o Sagre (Sistema Automatizado de Gerenciamento de Rede Externa), desenvolvido para administrar a complexidade das redes externas de telefonia, em bases de dados municipais.

Cada uma dessas empresas estará buscando fazer parcerias com as administrações municipais para garantir o acesso a informações que permitam compor uma base cartográfica necessária para apoiar o georreferenciamento de suas informações. Uma concessionária de energia elétrica, por exemplo, terá dificuldades em compreender um mapeamento de sua rede de distribuição, caso esta não esteja super-

posta aos elementos urbanos fundamentais: arruamento, hidrografia, edificações principais, entre outros.

Por uma questão de racionalização de esforços, a solução mais indicada para que cada concessionária, ou o conjunto delas, tenha acesso ao mapeamento digital básico de uma cidade é a cooperação, se possível envolvendo também a prefeitura. Isso é interessante para as concessionárias, pois, uma vez realizado o esforço inicial de criação da base urbana, o município se encarregaria de sua manutenção. Esse tipo de acordo também é interessante para a prefeitura, pois estabelece uma ligação mais sólida com os prestadores de serviço essenciais para o município e garante a criação da base de dados inicial por uma fração do desembolso feito isoladamente.

Em todo país, acordos similares estão sendo celebrados. É importante que cada prefeitura se prepare, adquirindo conhecimentos em Geoprocessamento, para extrair mais benefícios da parceria. Dessa forma, a administração municipal se tornará um parceiro ativo nas negociações com as concessionárias e poderá interferir nos rumos do trabalho, de modo a obter informações mais adequadas às suas necessidades. A negociação poderá mesmo incluir a possibilidade de interferência, por parte do município, na distribuição dos recursos das concessionárias destinados à cidade. Afinal, é a administração municipal que, por meio dos instrumentos de planejamento urbano, consegue determinar com mais precisão os rumos do crescimento da cidade.

Mas quais seriam essas necessidades? Para delinear-las com exatidão, é preciso desenvolver uma visão crítica sobre as informações hoje disponíveis e a maneira como são acessadas. Em seguida, com base na análise das aplicações pretendidas e das prioridades do governo, determinar maneiras de compor a base de dados mais adequada aos objetivos da administração.

Além disso, existe a discussão sobre recursos. A parceria será efetivada caso haja compatibilização, ou seja, uma simultaneidade nos cronogramas de investimentos dos órgãos e empresas envolvidos. Caso isso não ocorra, o órgão ou empresa ausente no esforço inicial poderá ter problemas quando quiser ter acesso às informações geradas pelos demais.

A questão das parcerias é sempre encarada como uma oportunidade de racionalização de esforços, com vantagens óbvias para todos. Mas a efetivação da parceria e o mais importante, a sua manutenção satisfatória, exigem mais que paciência e disposição técnica e política. Essencial é o bom senso.

---

*Colaboração: Clodoveu Augusto Davis Jr.  
é engenheiro civil, analista de sistemas,  
Mestre em Ciência da Computação e  
gerente de informações urbanas e  
Geoprocessamento da Prodabel  
(Processamento de Dados do Município de  
Belo Horizonte). É também presidente da  
RBGeo (Rede Brasil de Geoprocessamento).  
Endereço: GeoPro Informática  
Rua Alagoas, 314/1501  
30130-160 — Belo Horizonte — MG  
Tel. (031) 984-5156 — Fax 224-0022  
e.mail: clodoveu.davis@horizontes.com.br*